

DA TERRITORIALIDADE À TERRA

CONCEITOS, PROCESSOS E DINÂMICAS SOCIAIS

EM TOURÉM, UMA ALDEIA RURAL

DO ALTO BARROSO (PORTUGAL)

DIEGO AMOEDO MARTÍNEZ

RESUMO *Este artigo explora as possibilidades analíticas da terra, elevada aqui à categoria analítica, tendo como base o uso que os moradores de Tourém, aldeia rural fronteiriça do Norte de Portugal, fazem dessa palavra. Pretende-se traçar uma linha argumentativa que parte de suas narrativas e de suas noções de terra para encontrar ferramentas analíticas como a territorialidade e a vicinalidade. O exercício etnográfico considera as histórias de família e as narrativas dos moradores da aldeia se debruçando sobre os usos e desusos da terra, assim como a maneira pela qual a terra se constitui como um elemento para pensar categorias êmicas de vivências.*

PALAVRAS CHAVE *Territorialidade; Vicinalidade; Mobilidade; Terra.*

ABSTRACT *This article explores the analytical possibilities of the concept of land, as used by the inhabitants of the village of Tourém, in Portugal. Its objective is to develop an argument that has their narratives and notions of land as a starting point in order to build analytic categories such as territoriality and vicinage. The ethnographic endeavour contemplates family histories, the narratives of Tourém's inhabitants and our experience in the village. It studies the uses and abandonment of the land and the manner in which the land constitutes itself as process for considering emic categories of different lived experiences.*

KEYWORDS *Territoriality; Vicinality; Mobility; Terra.*

Em nosso cotidiano sabemos que a palavra terra, embora sendo uma expressão sucinta, só se faz entender em contexto (ANTONÁDIA BORGES, 2014).

INTRODUÇÃO

¹ Usaremos o itálico para destacar as expressões dos nossos interlocutores.

Em Tourém – aldeia portuguesa fronteiriça do Alto Barroso – assistimos a uma série de transformações na *terra*¹, ao longo do século XX, que definem a territorialidade, entendida segundo Pietrafesa de Godoi (2014a), como o processo de construção dos espaços de vida das pessoas.

Quando as pessoas de Tourém falam em terra, tanto podem estar se referindo à sua aldeia como o lugar de pertencimento, quanto aos lugares pelos quais passaram ao longo de suas vidas. Falam da aldeia como sua terra, sempre no singular, e dos lugares de emigração como terras, no plural.

João de Pina Cabral entende a vicinalidade como:

A categoria (...) [que] descreve a forma como a coabitação enquanto processo constitutivo de pessoas se prolonga temporalmente para momentos mais tardios do ciclo relacional através de formas de agregação que assentam sobre identidades continuadas – isto é, sobre a continuação em momentos posteriores da vida familiar das implicações de experiências de intersubjetividade constitutiva (PINA CABRAL, 2014, p. 23).

Portanto essa categoria nos pode ser útil para pensar as mobilidades ou como as pessoas de Tourém dizem *os lugares da emigração*. *Os lugares da emigração* mudam em função das condições econômicas, históricas e sociais. Da mesma forma acontece com os produtos cultivados e os destinos das terras

produtivas que há na aldeia. Podemos, portanto, por meio do termo terra e de suas conotações, pensar as mudanças, as transformações e reconfigurações do espaço social da aldeia. Conseguimos ir além das transformações, ao aprofundar as noções de terras e seus usos temporalmente. Podemos entender momentos históricos pontuais ou condicionantes específicos que marcaram esses usos e desusos, por meio das histórias de família (PINA CABRAL; PEDROSO LIMA, 2005) com as quais trabalhamos.

Um exemplo que mostra os sentidos aos quais estamos nos referindo é o uso que os moradores da aldeia fazem da *África*. Todos os homens da aldeia maiores de setenta anos estiveram na África e todos os moradores sabem exatamente a que eles se referem quando falam da *África* ou dos *tempos da África*. Com *África* se referem a Angola, país que Portugal manteve uma frente aberta de suas guerras coloniais e, por isso, destino principal dos moradores da aldeia, que lá lutaram. Para além de um território específico, *África* também evoca um tempo determinado, o das guerras coloniais e, mais concretamente, as décadas de 1960 e 1970. A mesma lógica opera com o Brasil, a Suíça ou a França, territórios que demarcam tempos concretos que passam a formar parte da memória social e do conhecimento local.

Mas, Tourém também é uma aldeia rural, ou seja, é a própria terra que garante o sustento da maioria das famílias que moram na aldeia e que vivem expressamente da criação de gado bovino. Ao falarmos de terras de uma forma genérica, precisamos explicitar que existem diferentes terras na aldeia, com legislações diferentes (terras comunitárias e particulares), nomes diferentes (hortas, lameiros e nabais), em que se cultivam diversos produtos, com suas particularidades, práticas, tempos e tratamentos. Ou seja, através da terra produtiva acedemos também toda uma miríade de significados em que tempo, espaço e prática são diferenciados e permeiam a vida social aldeã.

Expressões do tipo *aquela terra virou pra batata* ou *o tempo da batata de semente* são expressões que nos colocam num registro

de memória coletiva (HALBWACHS, 2006) no que diz sentido a tempo e espaço. A batata de semente é um cultivo que marcou um tempo concreto da aldeia e do município de Montalegre. Até a década de 1980, esse tubérculo era cultivado e exportado para todo o país desde as terras do Barroso. Teve tanta importância aquele cultivo que as pessoas da aldeia tomaram parte dos baldios – terras comunitárias – para esse cultivo; daí vem a expressão *virar pra batata*. Hoje em dia os baldios voltaram a ser pastoreados pelos animais, regressando à sua configuração anterior, de terras de uso coletivo.

É desde esse olhar que abordaremos territorialidades camponesas, pois entendemos que mesmo falando de mobilidades, a terra, num sentido amplo, está por trás desses fenômenos.

TOURÉM

Tourém é uma aldeia portuguesa localizada na zona fronteira do Norte de Portugal com o Estado espanhol, mais concretamente, com a Comunidade Autónoma de Galícia. Geopoliticamente, essa zona poderia ser definida da seguinte forma: Distrito de Vila-Real, província de Trás os Montes, Alto Barroso, Concelho de Montalegre, a Oeste do Parque Nacional Peneda-Gerês. Se a referência é o lado galego, definimos a localização como Sul da Galícia, província de Ourense, comarca da Limia. Tourém é a única aldeia portuguesa banhada pelo Rio Salas, ao norte da Serra da Mourela e está localizada, literalmente, atrás dos montes. A localização da aldeia nos foi definida, ao longo de nosso trabalho de campo², de múltiplas formas. Assim, mostramos a seguir, uma pequena recompilação que fizemos de nosso diário de campo: uma língua de terra portuguesa incrustada na Galícia (Jaime – janeiro de 2012); um pedaço de Portugal rodeado de terras galegas (Domingos da Ponteira – janeiro de 2012); ou, a primeira aldeia portuguesa (Paulo – janeiro de

² Janeiro e fevereiro, julho e agosto de 2012, de maio até setembro de 2013 e janeiro de 2015

2012). Fato é que as aldeias galegas de Guntumil e Randín distam menos de um quilômetro de Tourém; Requiás e Calvos estão a menos de três quilômetros; Vilar e Vilarinho estão localizadas antes de ultrapassar a serra, e só depois do alto da Mourela é que está Pitões das Júnias, a sete quilômetros da aldeia, dos quais, cinco são de subida.

A(S) TERRA(S)

A terra pode ser entendida como um processo intersubjetivo constituído e constitutivo da vida social em que o ambiente, o contexto e a situação definem o uso que se faz do termo. Assim, a definimos como uma categoria contextual, que permite definir e situar relações que podem delinear ao mesmo tempo um dentro e um fora na vida social da aldeia.

Os *filhos da terra* são todas as pessoas que nasceram na aldeia. Essa expressão é usada para demarcar uma origem em comum que permite consolidar ou legitimar as pessoas na aldeia, ainda que passem grande parte do ano ou, inclusive, grande parte da sua vida, fora dali. As pessoas que usam essa expressão se consideram *filhos da terra* a todos os efeitos, o que em princípio e, segundo alguns relatos, não os diferenciariam das pessoas que de fato moram o ano todo na aldeia. Assim entendemos também que essa categorização de terra como aldeia é feita pelas pessoas que chegam de fora, pois as pessoas que de fato moram na terra não precisam remarcar a sua presença ou origem comum, eles de fato estão na terra. Pudemos perceber também que o uso do termo terra para se referir à aldeia é feito na sua forma singular, ou seja, é uma só terra a de origem e projeção³.

Continuamos dialogando de forma implícita com as proposições de Pietrafesa de Godoi (2014b) acerca de vicinalidade e mobilidade, quando a autora se refere à mobilidade horizontal:

³ Aqui estamos privilegiando a terra como aldeia, mas há momentos em que o termo terra aparece de uma forma mais abrangente, em que se dá por entendido que faz referência não a Tourém em concreto, mas a terra de origem. Portanto, há momento em que a terra é a aldeia, o município e, como vimos sobretudo para os filhos dos emigrantes que moram no Brasil – por nós chamados netos da terra –, a terra pode chegar a ser o próprio Portugal.

a mobilidade que estende as relações de mutualidade e vicinalidade para além dos povoados e também indicando que a mobilidade no espaço, ligada à circulação rural-urbana, transforma agricultores-camponeses em trabalhadores domésticos ou empregados em pequenos negócios, tendo como efeito uma mobilidade mais transversal que vertical (2014b, p. 153).

Desde nosso olhar esse vínculo continua pelo menos no tempo das férias, e pode-se chegar a pensar em formas de uma coabitação estendida.

Por outro lado e, como dissemos umas linhas atrás, a principal atividade econômica das pessoas que vivem na aldeia que não estão aposentadas é a agricultura. Temos, portanto, a segunda acepção do termo terra que queremos explorar: a terra como o lugar produtivo, onde se assenta a atividade agrícola. Mas, ambas as categorias de terra não podem ser mostradas como genéricas, pois, existem diferentes formas do uso que delas se faz.

DA TERRITORIALIDADE À(S) TERRA(S)

Raffestin (1993[1980], p. 143) confere ao espaço a condição de noção e de conceito ao território, pois, para ele, o espaço conforma o território. “O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível”, portanto o espaço seria um elemento dado e a ação sobre ele é que conformaria o território.

Já Haesbaert (2004), numa tentativa de esmiuçar as diferentes dimensões que o território poderia alcançar, nos instiga a tratar o território numa chave além de processual, descontínua, fisicamente falando. O autor nos conduz a pensar o território na atualidade como um mosaico de territórios, mais do que um espaço geográfico fisicamente contínuo:

Graças a fluidez crescente nos/dos espaços e à dominância do elemento rede na constituição de territórios, conectando suas parcelas descontínuas, temos o fortalecimento não mais de um mosaico padrão de unidades territoriais em área, vistas muitas vezes de maneira exclusiva entre si e às quais denominamos territórios-zona, mas uma miríade de “territórios-rede” marcada pela descontinuidade e pela fragmentação (articulada) que possibilita a passagem de um território a outro, num jogo que denominaremos aqui, muito mais do que desterritorialização ou de declínio dos territórios, da sua “explosão” ou, em termos mais consistentes de uma “multiterritorialidade (HAESBAERT, 2004, p. 179).

Acreditamos que seja necessário incluir a dimensão temporal nessas concepções de território, destacando também a necessidade de se pensar a relação, e, portanto, as possibilidades de acesso a esses territórios-rede. É dessa forma que entendemos a territorialidade. A territorialidade é um conceito teórico que, segundo Pietrafesa de Godoi (2014a), pode ser definido como o processo de construção dos espaços de vida das pessoas. Temos, então, à luz dessa definição, dois elementos que consideramos cruciais para podermos usar esse termo: processo social e produção de espaços de vida. Considerando a territorialidade como processual, por meio do que se constroem os diferentes espaços de vida, acreditamos que seja necessário conceituar também o espaço de vida ou território.

É com base nessas concepções de território que entendemos e percebemos a territorialidade ou a multiterritorialidade de Tourém. Temos agora que delimitar a que estamos nos referindo com território e Tourém.

Das 155 pessoas que moram o ano todo na aldeia, segundo o censo de 2011, poucas são as que não tenham, ao longo de suas vidas, morado fora do limite político-administrativo que aparece refletido na delimitação cartográfica oficial dali. Se a probabilidade é pouca de encontrarmos pessoas que moraram

toda a sua vida na aldeia, se introduzirmos a variável da descendência e tentarmos encontrar na aldeia uma pessoa que nem ela nem seus filhos tenham saído ou morado fora da aldeia, a probabilidade de êxito é ainda mais próxima do zero. Em função dos diferentes contextos políticos e sociais, tanto locais como nacionais ou, inclusive, globais, os destinos que acolheram as pessoas da aldeia são múltiplos e variados. Falamos de uma forma breve dos diferentes lugares que acolheram pessoas da terra como marcadores temporais. De forma resumida: África nas guerras coloniais; Alemanha, França e Suíça nas décadas de 1960, 1970 e 1980; Brasil desde princípios do século XX até a atualidade; alguns casos nos Estados Unidos, na década de 1980; e recentemente França, Suíça e Alemanha voltaram a ganhar importância.

⁴ Queremos remarcar com esta nota de rodapé, os usos do singular e do plural, pois se terra so há uma que é a aldeia, há muitas outras terras onde as pessoas fizeram as suas vidas

⁵ A maioria dos nossos interlocutores são pessoas de maior idade da aldeia. Faremos uma distinção entre vizinhos e emigrantes, que é a que se faz na aldeia: vizinho é que mora o ano todo e os emigrantes, ainda que nascidos em Tourém e indo para lá umas semanas por ano, são considerados emigrantes.

Nas narrativas locais, esses múltiplos lugares de residência, conformariam as diferentes *terras* onde algum membro da aldeia seja, parente ou vizinho, morou. Isto é, em algum momento de sua vida, essas diferentes terras, foram como sua *terra*⁴. Dizemos “como”, pois questionando os nossos interlocutores acerca de qual é sua terra, todos respondem: Tourém⁵. Assim mesmo, todas essas terras conformariam nas narrativas uma única terra que seriam as terras onde algum *filho da terra* esteve.

A TERRA É A NOSSA MÃE

Os filhos da terra são todas as pessoas que nasceram na aldeia. Essa ao menos é a versão que têm as pessoas que alinasceram. Sua terra natal é Tourém, ainda que passara *toda a vida* trabalhando na França ou em Lisboa – é um filho da terra. Mas se a pergunta fosse em relação aos filhos de um *filho da terra* que nasceram em Lisboa, seguiriam sendo *filhos da terra*? A questão não é, então, tão clara. Alguns filhos de emigrantes consideram sua terra Tourém, e seus pais nascidos em Tourém, consideram que seus filhos, na verdade, não o são. Os moradores

da aldeia argumentaram também que há possibilidades de problematizar mais a terra, pois um pode sentir Tourém como sua terra sem ter que ser obrigatoriamente *filho da terra*, conformando um referente emotivo, isto é, aquela terra por pertença-sentimento e outra por nascimento. Assim, eles podem considerar-se *filhos da terra* igual, mas na certidão de nascimento aparece Lisboa como lugar de nascimento, ou seja, seriam naturais de Lisboa. Ainda há quem argumente que se pai e mãe são de Tourém, o filho é também. Enfim, há uma miríade de diferentes significados e contradições no que diz respeito a quem são ou não os *filhos da terra*. Tourém aparece sempre nas narrativas como referente, tendo-se que levar em consideração que nosso trabalho de campo é na aldeia, com o que é lugar de referência tanto de parentes (pais, avós, tios e primos, principalmente) quanto de nossos interlocutores que passaram, ao longo de suas vidas, diferentes momentos de sociabilidade, infância, juventude, férias na aldeia. Portanto, há um sentimento de pertença em relação à aldeia.

Essa discussão acerca dos significados, usos e desusos da palavra terra com conotações de parentesco, nos coloca em um diálogo direto com elementos clássicos de etnografias realizadas no Brasil (WOORTMANN, 1994; PIETRAFESA DE GODOI, 1999).

Woortmann em seu livro *Herdeiros, Parentes e Compadres* (1994) e Pietrafesa de Godoi em *O Trabalho da memória*, de 1999, nos colocam numa senda interessante para irmos além desses fatores separados (terra – pessoa) e abordarmos a conjunção terra – pessoa de uma forma processual.

Woortmann encontra no sítio a fórmula para tratar tanto os lugares de parentesco, como os lugares físicos representados por parcelas, casas e família. Já Pietrafesa de Godoi nos coloca diante de um território formado e constituído na consanguinidade real ou imputada, na prática. Para ambas as autoras, a consanguinidade, real ou imputada, seria um elemento fundamental e fundacional

das relações sociais que os diferentes grupos que habitam os territórios por elas estudados têm em relação com o espaço, com os seus territórios. As duas conseguem remontar aos elementos fundacionais daqueles grupos sociais. “A terra, como os indivíduos, pertence ao tronco do *véio Vitorino*, isto é, aos que dele descendem e, nesta medida, o princípio da ascendência comum converge com o princípio dos direitos sobre a terra” Pietrafesa de Godoi (1999, p. 58). Nesse caso, a autora está estudando o sistema de direitos que envolve a terra. As narrativas por ela mostradas evidenciam de forma clara como é a partir do *véio Vitorino* que os habitantes de Rua Velha, Barreiro Grande, Barreirinho e Zabelê, se entendem como descendentes do tronco *véio*, como uma unidade, como uma grande família.

Entendemos que a configuração social e o processo de conformação histórico do contexto brasileiro dista muito do que nós estamos expondo neste artigo, mas há elementos que podem ser de ajuda para refletirmos. Assim, não podemos aplicar de forma direta o diálogo entre os nossos supostos e os das autoras citadas no parágrafo anterior, mas sim considerar que encontramos pontos de contato e dissonantes entre ambos os campos.

Distanciamo-nos das duas professoras, no que diz respeito, à ascendência comum. Não há em Tourém um Bisavô Vitorino. Mas a despeito disso, encontramos expressões que nos remetem diretamente para uma ascendência comum, que não seria um ascendente humano, digamos, mas, sim, algo que se desloca para o campo do territorial-simbólico. Pietrafesa em seu estudo nos mostra como o grupo explica sua origem: “tem uma velha que conta do princípio do mundo, ela conta tudo... aquela era do começo do mundo” (PIETRAFESA DE GODOI, 1999, p.110). No nosso caso, expressões como os *filhos da terra* ou *a terra é a nossa mãe* nos colocam diante desse desafio. Através desse termo vemos conjugados dois elementos altamente interessantes como é a linguagem do parentesco articulada com a pertença a um

mesmo território. Eles se entendem como uma unidade, como as pessoas que são, poderíamos dizer de uma forma transfigurada, como pertencentes à Tourém, àquela terra. Se levamos essa reflexão até os seus limites, sem compartilhar um ascendente comum, acreditamos que a vicinalidade entendida como o processo de coabitação nos ajude para entender como convivem num território que é comum, ou seja, é aquele território, aquele lugar e o processo histórico que fazem de Tourém o lugar que gera o sentimento de ascendência comum.

TERRAS DE TOURÉM

Há mobilidades cujas características lembram determinados tempos, por exemplo, o *tempo da África* em que os moços partiam para esse continente para lutar nas guerras coloniais. Há outras mobilidades, como as que tinham destino para a França e Suíça, que lembram contextos sócio-políticos diferentes, pois a maioria dos deslocamentos se dera por motivos laborais ou de exílio político do regime fascista de Salazar.

O conhecimento dos territórios através das mobilidades não se dá exclusivamente de forma pessoal, há uma espécie de cadastro sociológico em que são conhecidas as pessoas que se encontram nessas terras. O conhecimento de um determinado território, portanto não se dá em primeira pessoa, o conhecimento vem por meio da troca de experiências, da presença de um parente, um vizinho. Vejamos um exemplo. Adriano é um homem de menos de 50 anos, casado com Natália (gerente de um dos cafés da aldeia, o Café Paris, o nome é em referência à cidade onde seus pais estiveram emigrados até recentemente) e ambos são pais de Vitor. Adriano voltou da Suíça no começo da década de 1990. De moço já tinha estado em Lisboa, mas depois de casar emigraram para o país alpino por sete anos. Uma vez na aldeia, comprou um caminhão para comercializar com gado, ao mesmo tempo em que começava seu projeto⁶. Adriano ainda hoje é conhecido por

⁶ Assim são conhecidos os projetos que se apresentam para solicitar as ajudas da Política Agrícola Comum da União Europeia (PAC). A PAC é o primeiro projeto europeu de política pública e está vigente desde a década de 1960. Na década de 1990, começou a ser implementado em Portugal. Os interessados em abrir uma exploração de gado e obter subsídios tinham que entrar com um *projeto*. Havia diferentes alicientes como os microcréditos para maquinário agrícola, construção de instalações e estábulos fora da aldeia. Desde a década de 1990 até a atualidade, já foram realizadas várias reformas e, na atualidade, os agricultores recebem um subsídio por vaca e ano. Há outro tipo de ajuda que recebem sempre que mantêm o que os técnicos chamam de “boas práticas ambientais”, e que se pode resumir como um modelo de gestão territorial. Por cada vaca, o agricultor deve ter um mosaico de cultivos para obter o máximo rendimento do subsídio. A superfície de pasto, centeio, trigo e/ou milho tem que ser as ditaminadas pelo órgão e são as combinações dessas variáveis as que definem as boas práticas ambientais.

algumas pessoas como o suíço, seus sogros e seu pai, que nunca estiveram na Suíça, falam que aquele país *é uma terra muito boa, uma terra muito linda*. Se formos perguntar às pessoas da aldeia, quem é que esteve na Suíça, é certo que Adriano seria um dos indicados, mas Venâncio, João ou Manuel também migraram para lá. É como se a presença deles na Suíça implicasse quase que numa extensão da aldeia naquele país e a presença de uma pequena porção da Suíça na aldeia. Por isso é que falamos da aldeia como um vértice desde o qual os diferentes territórios se projetam, mas, ao mesmo tempo, é desde a aldeia que se articulam.

Há representações e adjetivações dessas terras em função de como elas se mostram. Referimo-nos às noções como *terra boa, terra ruim* ou, no caso do Brasil é recorrente escutar que é uma *terra quente*. O termo terra antecede normalmente a algum tipo de descrição ou, de forma genérica, também pode ser usado no sentido de lugar.

As pessoas deslocadas são pontos de uma teia de relações sociais que conformam a territorialidade e uma vicinalidade. Temos uma trama territorial articulada através das pessoas e dos lugares, cujos pontos não são fixos num espaço dado. As tramas se transformam. Os territórios conectados pela trama são definidos pela possibilidade de se deslocar, reconfigurar, mudar e expandir. As formas como chegavam as pessoas de Tourém aos diferentes lugares e as atividades por eles desenvolvidas podem nos mostrar as articulações e desarticulações de territórios, das terras.

Zé Raimundo, Nuno e Alfredo são três moços da aldeia, com menos de trinta anos, irmãos e que trabalharam em diferentes períodos na Espanha. Em 2012, estavam os três desempregados, morando na aldeia e recebendo os subsídios de desemprego da Espanha, portanto, estavam morando e trabalhando na casa⁷. A casa deles sempre teve vacas, mas com a chegada dos filhos, o número de animais que os pais tinham sofreu um incremento. Nas palavras do seu pai Manuel, “estando eles em casa podemos

⁷ Como define João de Pina-Cabral em diferentes momentos de sua obra (1986, 2014), podemos entender a categoria analítica *Casa* como uma unidade social elementar (1986) e como a unidade de pertença social que os representa nas relações políticas e comunitárias.

ter algumas vaquitas mais”. Ou seja, a disponibilidade de força de trabalho é por um lado um fator importante na dimensionalização que se faz das possibilidades e do tamanho da exploração⁸, ainda sendo a agricultura uma atividade altamente mecanizada⁹. Além da força de trabalho e da mudança que ela implica para a exploração poder contar com eles de novo, pudemos perceber nas narrativas deles como a casa, a aldeia, a *terra* e a agricultura conformam um espaço de refúgio e de projeção ao mesmo tempo. Da aldeia, da casa, da terra se sai, mas para ela também se volta. Não queremos com isso dizer que todas as pessoas que saíram da aldeia mantenham vínculo com ela, mas o nosso trabalho de campo é no espaço da aldeia, onde temos acesso aos movimentos de ida e volta. Essa fluidez na configuração social pode mudar de forma muito drástica, daí virmos dialogando com as noções de territorialidade e vicinalidade, pois enfatizam em suas formulações os processos sociais num tempo mais largo. Nos primeiros meses de 2012, os três irmãos estavam na aldeia. Já no mês de agosto desse mesmo ano, Miguel foi com Manuel – um vizinho da aldeia e primo dele que há dez anos trabalha na região alpina da França – em busca de um emprego. Manuel facilitou a entrada de Miguel na teia de relações e da logística. Foram juntos de carro, chegaram à casa de Manuel e o seu patrão empregou por alguns meses a Zé Raimundo. Em agosto de 2013, Zé Raimundo era mais um dos migrantes que ia chegar na *terra*. Chegou, ia em todas as festas e ficava até de madrugada percorrendo os bares e as casas dos vizinhos atrás de chouriças e vinho, uma atitude e prática comum dos migrantes. Mas também correspondia com a casa. Assim não era estranho ver Miguel no trator, participando das atividades da casa ou indo pastorear com as vacas. Ele atuava ao mesmo tempo como migrante e agricultor, quando estava em casa era contabilizado e usado como força de trabalho, mas, na sua ausência, a casa como instituição social continua funcionando. Com essa breve aproximação à história de família do Manuel, pai de Zé Raimundo, Nuno e Alfredo, queremos mostrar como,

⁸ Quando falamos de exploração estamos nos referindo expressamente à criação de gado bovino para o mercado de carne. Esse cálculo pode nos levar para uma bibliografia clássica dos estudos rurais como o caso de Chayanov (1985).

⁹ A irrupção da maquinaria agrícola nos contextos rurais portugueses coincide com o auge do processo migratório, entre a década de 1960 e 1970. Venâncio, morador da aldeia que toda a vida teve vacas, foi o primeiro agricultor que teve um trator na aldeia comprado em 1979.

nesses momentos, o contexto rural em que fazemos pesquisa ganha relevância. Podemos ver de novo como a casa faz o efeito de acolchoar, pois as condições de produção e reprodução da família, da casa e das pessoas se modificam, sobressaindo o dinamismo de uma instituição social sólida e vertebral ao mesmo tempo. A casa se constitui como uma base social sólida, pois garante o projeto de mobilidade, mas se mostra dinâmica, podendo tanto projetar-se no mundo por meio das pessoas que estão ligadas à casa, como também recebendo seus membros depois de um período de crise. As mudanças nas condições sociais e no poder aquisitivo dessas famílias podem ser observadas na perda de rigidez de uma organização social que era centrífuga; a casa como instituição era obrigada a expulsar pessoas, os recursos eram limitados e as pessoas precisavam sair (BOURDIEU, 2004; PINA CABRAL, 1986; LISÓN TOLOSANA, 1971).

A territorialidade e a vicinalidade levam consigo atrelada a ideia de construção de espaços de vida das pessoas. As diferentes *terras* são as que nos ajudam a pensar acerca da territorialidade e os significados que lhe são atribuídos na aldeia. Ao lado da mobilidade e da coabitação chegamos também à noção de vicinalidade. Temos, portanto, uma representação territorial que precisamos esmiuçar, pois se por um lado as terras onde os vizinhos da aldeia moraram conformam territorialidade(s), isso implica que não é somente no ato de morar que se territorializa. É necessário também entender o “lugar” como um espaço praticado (PIETRAFESA DE GODOI, 1999) e essa prática também é imprescindível na conformação da(s) territorialidade(s) que se dá nas diferentes terras¹⁰. Com isso, o que temos é mais uma esfera analítica, definida pelo uso ou pela prática do espaço.

TERRAS DA TERRA

Tourém é uma aldeia rural em que a agricultura – criação de gado bovino com destino ao mercado de carne local – é a

¹⁰ Araujo (2012) tem uma publicação acerca da horta da vizinha conhecida como Maria do Padre, moradora da aldeia de Tourém, casada com Zé da Ponteira, nascido na aldeia, e que emigrou junto com a esposa para os Estados Unidos na década de 1980. Nessa publicação, Araujo destaca como os conhecimentos e as práticas de Dona Maria foram com ela para os Estados Unidos, e como vieram com ela outros conhecimentos, úteis, práticas e plantas.

¹¹ Além dos aposentados que conformam a grande maioria da população de Tourém, há na aldeia aproximadamente 20 explorações de gado, que vão desde 2 ou 3 vacas até mais de 40 cabeças de gado bovino. Além da agricultura, Tourém sempre teve uma atividade econômica dinâmica e importante; antes da abertura das fronteiras devido ao Tratado de Schengen, chegou existir na aldeia perto de 20 lojas comerciais, em que eram vendidos tanto itens, bens de consumo doméstico, como produtos para exportação via contrabando local. Na atualidade, existem na aldeia duas lojas comerciais cujos principais clientes são os vizinhos galegos. Há também dois cafés e mais uma casa de turismo rural, Casa dos Braganças.

principal atividade econômica de seus moradores¹¹, isto é, as pessoas que moram na aldeia vivem da *terra*. Dessa forma, temos mais uma conceituação semântica diferente do termo *terra*. Por um lado, a *terra* seria, na esfera abordada anteriormente, a aldeia como espaço de procedência e de dispersão ou projeção¹², e por outro, os agricultores teriam na *terra* o sustento principal de sua atividade produtiva. Ambas as noções de *terra* têm em comum a prática e a construção do espaço pelas vidas dessas pessoas, e se conformam na prática e também têm na aldeia, sua raiz.

Como já enunciamos anteriormente, a migração teve diferentes tempos, ou seja, as terras que receberam pessoas da aldeia funcionam como marcadores de temporalidades diferentes. O mesmo acontece com a agricultura e suas modificações oriundas das transformações e dos condicionantes tecnológicos, políticos, sociais e/ou ambientais. Assim, os tempos em que havia a *vezeira da rês*, o *boi do povo*¹³, ou se *sachava* tudo a mão, conformam nas diferentes narrativas marcadores temporais comuns e por todos conhecidos. São correntes e reiterados os usos que se faz do termo *naquele tempo*.

As terras entendidas como suporte da atividade agrícola têm, da mesma forma como acontece com os lugares de destino dos migrantes, nomes, características, potencialidades, formas e destinações diferentes. Introduzindo a variável tempo teríamos a possibilidade de por meio da *terra*, entendida como espaço de produção e como lugar da vida, aceder a momentos políticos e ambientais diferentes. Isso nos daria uma chave de acesso às mudanças, significações, transformações, reconfigurações e resignificações dessas terras, desses tempos e dessas práticas, em função dos diferentes momentos ou situações históricas, econômicas, políticas, sociais e ambientais vivenciadas pelos moradores da aldeia ou até pela aldeia em si. Estamos falando de tempos e produtos que marcam a organização social da vida aldeã. Primeiro, vamos caracterizar as continuidades nas formas de posse e uso da *terra* para depois falarmos das temporalidades.

¹² Outra abordagem acerca do termo *terra* que está abrindo outras possibilidades analíticas é a feita por Antonádia Borges no Dicionário Crítico das Ciências Sociais (2014). Nesse artigo, a professora Borges nos traslada a uma outra dimensão que pode ser analisada e pensada tendo como referência o termo *terra*: relação Estado-propriedade quando olhamos para a *terra* como categoria de reivindicação por parte dos movimentos sociais, por exemplo, os sem *terra*.

¹³ A *vezeira da rês* era uma forma de pastoreio do gado ovino-caprino que envolvia todos os vizinhos-proprietários desse tipo de gado da aldeia. Essa atividade estava regida de forma proporcional; em função do número de cabeças de gado que cada casa colocava no rebanho, lhe era atribuída uma série de jornadas de pastoreio. O *boi do povo* era um semental que os proprietários de gado vacum tinham em comum; todos ajudavam na alimentação e cuidados desse animal que além de cobrir as vacas era o grande responsável por representar e defender a força da aldeia nas chegadas de bois. As chegadas de bois eram uma atividade em que o *boi* de uma aldeia enfrentava o *boi* de uma outra aldeia. Essa é uma prática habitual até hoje, mas não há mais *boi do povo*, se não que a patrimonialização e a espetacularização dessas atividades fazem com que, na atualidade, sejam empresários particulares os que têm vários ->

-> bois e os colocama lutar com finalidade essencialmente económica. Sempre há claro, como no caso do morador da aldeia Gestas, quem faça isso de uma forma menos empresarial e seja uma atividade pela qual demonstra autêntica paixão. De toda forma, o sofrimento dos animais é indubitável com o que nos posicionamos contra a espetacularização do sofrimento animal.

¹⁴ Há terras que foram loteadas na veiga e nas quais há propriedades que não podem deter título de propriedade, mas socialmente são consideradas como particulares.

¹⁵ Estábulos construídos fora dos limites da aldeia nas áreas baldias e que congregam a maioria do gado que há na aldeia.

A primeira diferenciação que temos que fazer tem a ver com a posse das terras. As terras se dividem em particulares ou baldios. Os baldios estão sujeitos a uma legislação que é consuetudinária, conhecida por todos e amparada na Lei dos Baldios (Lei 68/93 e as alterações publicadas na Lei 89/97). Há uma junta de baldios, chamada de *Junta de Compartes*, cujo presidente é escolhido a cada dois anos e na qual cada casa habitada permanentemente tem um voto. Dos baldios se obtêm espécies vegetais como tojos, giestas e urzes para fazer a cama das vacas; é onde pastam as vacas no verão e de onde se obtêm a lenha para aquecer as casas, principalmente.

As particulares são as terras das que se possui, de forma particular, um título de propriedade registrado¹⁴. Outra classificação das terras é em função dos usos que delas se fazem. Assim teríamos:

Lameiro: terras destinadas à produção de feno para alimentação do gado. Essas terras, normalmente, estão rodeadas de muros de pedra e há dois ciclos produtivos. O feno que se processa no mês de julho, que compreende o cortado do feno, é virado e enfardado quando estiver seco. Essa atividade se realiza ao longo do mês de julho que corresponde às temperaturas mais altas do ano. Esse feno será o principal alimento das vacas ao longo do inverno em que não saem dos armazéns¹⁵. Depois de cortado o feno, são comidos verdes duas vezes, uma no mês de setembro ao descer as vacas da serra, onde passam entre 3 e 4 meses e, no mês de março antes de se fechar o lameiro até ser cortado em julho;

Lavradas: lameiros que não podem ser processados mecanicamente e que hoje são pastos permanentes;

Nabal ou terra: propriedades onde se dá fruto, isto é, qualquer tipo de cultivo seja para casa ou para a exploração de gado. Destacamos os produtos hortícolas para consumo domiciliar como: batata, couve, alface, beterraba, cenoura,

tomate, pimentão, abobora. Nos nabais se cultivam também milho, batata e centeio num regime rotativo de 5 anos (batata – milho – centeio – milho – centeio e batata novamente);

Horta: terras que se encontram pregadas às casas, como se fossem uma espécie de quintal e onde se cultivam para a casa, produtos hortifrutícolas, principalmente, para consumo humano.

Essa classificação de terras em função dos usos é flexível, sendo possível que algum lameiro passe para terra, ou o nabal para horta, mudando também a nomeação deles. Além dos cultivos, outros elementos entram na classificação dessas terras, como por exemplo, o acesso ao sistema de regadio. De 1 de julho a 7 de setembro, opera na aldeia uma tabela de distribuição e gestão das águas comunitárias conhecida como *a rega*. A rega é um sistema comum de compartilhamento da água que opera no verão, quando os cultivos com frutos precisam ser irrigados. Funciona por meio da gravidade e de um complexo sistema de canais de rega que chegam nas terras da aldeia. Na parte alta da aldeia, se encontram vários reservatórios de água chamados de *poças*, desde os quais ela é distribuída. O regime de atribuição de horas de água por parcela é diretamente proporcional à superfície de cada lote. Se a superfície de uma terra for de 1 alqueire¹⁶, ela terá direito a três horas de água. Na década de 1980, quando se revisaram as tabelas de distribuição das águas, as pessoas da aldeia decidiram que esse número de horas era suficiente para regar essa superfície. A rega é de uso exclusivo para *frutos*, isto é, as terras classificadas como lameiro não têm assinadas horas de rega e não podem ser irrigadas no verão. Só se podem regar os lameiros à noite com a água corrente, não empoçada, e que não entra nesse sistema. A concorrência pela água é grande, pois dela depende uma boa produção, sendo recorrente ouvir as pessoas da aldeia discutindo pelas ruas se as horas eram delas ou não.

Mas além do sistema nominal referente aos usos das terras, cada grupo de lotes conforma uma *praza* e, portanto, lhe

¹⁶ Alqueire é uma medida múltipla usada na aldeia até a atualidade. Corresponde a aproximadamente 600 m² de terra, pois, para semear um alqueire de terra com centeio era preciso um alqueire de centeio, que são aproximadamente 13 kg. Isto é, um alqueire tanto é 13 kg de centeio quanto é 600 m² de terra. Outras medidas ainda usadas na aldeia são o almude (24 litros de vinho) e a arroba que equivale a 15 kg de centeio.

corresponde um nome independentemente do uso da terra. Esses nomes operam como localizadores e demarcadores espaciais da aldeia. Assim o explica Zé da Benta: “aqui é o sapo, lá as aveleiras, cada coiso tem o seu nome como as povoações não é, não há povoações quase juntas e cada uma tem seu nome? não é? E aqui os terrenos também era a mesma coisa, tem seus nomes” (Zé da Benta, entrevista julho de 2013).

¹⁷ O Padre Fontes é uma personalidade do Barroso. Exerceu como padre por vez primeira em Tourém e mantém com a aldeia um vínculo forte, pois lá casou sua irmã Maria com um vizinho da aldeia. Publicou na década de 1970 dois livros intitulados *Etnografia Transmontana* em que aborda questões do comunitarismo e crenças da população do Barroso. É um conhecido folclorista e, além de suas etnografias, publicou livros de recopilações do cancionero, assim como usos e costumes do Barroso.

OS TEMPOS DA ALDEIA

Tourém e o Barroso foram locais privilegiados pelas etnografias e trabalhos de comunidade na década de 1970. Assim os testemunham os trabalhos de autores como Padre Fontes¹⁷ e Paula Bordalo Lema. Esta última é uma geógrafa que fez uma corografia publicada em 1978. O seu trabalho é reconhecido na aldeia como fiel reflexo da realidade *daquel tempo*. Os tempos passados resultam evocados no presente e muito frequentemente, quando se fala em terras e gado, esses usos, ou desusos são referências a partir dos quais se fala daquele tempo, de como era a aldeia, a vida, os valores e o trabalho. Mas também operam como marcadores diferentes, eventos da memória social da aldeia, como por exemplo: o padre que estava na aldeia, a fronteira, os materiais de construção usados em um determinado período ou o professor da escola. São eventos e momentos que articulam uma série de narrativas e que têm como denominador comum a terra.

“A BATATA DE SEMENTE DE MONTALEGRE AINDA HOJE É RECONHECIDA EM LISBOA”

Escutamos essa expressão inúmeras vezes na aldeia e ela reflete o que entendemos como a multidimensionalidade de uma mesma variável. Foi grande o impacto que a batata de semente

teve na aldeia de Tourém até a década de 1980, mas também foi grande a projeção que Montalegre atingiu com base nesse produto. O cultivo da batata de semente é prévio a obtenção da batata para consumo, consiste justamente em obter a semente que depois irá para a terra obtendo-se a batata para consumo. Esse cultivo marcou um tempo. Muitas foram as pessoas que, por meio da *Cooperativa Agrícola de Produção de Batata de Semente de Montalegre*, criada em 1932, produziram esse fruto que, depois de ser produzido no Barroso, foi distribuído ao conjunto do país por onde era semeado. As altas serras do Barroso e seus ventos conformaram um obstáculo natural ao vôo de uma espécie de coleóptero que infestava as batatas de semente. É esse o motivo pelo qual esse cultivo teve tanta repercussão e importância, pois do município de Montalegre saía uma parte importante da semente de batata que depois seria semeada ao longo de Portugal (LIMA SANTOS, 1992, p. 111-132). Da mesma forma como os destinos de migração marcaram um tempo social na aldeia, os cultivos também são usados como marcadores temporais. O cultivo da batata de semente é hoje usado como um marcador temporal – o tempo da batata de semente – que precede a irrupção na década de 1990 da Política Agrária Comum da União Europeia (PAC). Esses tempos também se veem refletidos nas práticas das terras, assim, a batata de semente foi cultivada nas propriedades particulares, mas também nos baldios. Parte do baldio era delimitado/*acoutado* para esse cultivo. Mas essa prática não era só para a batata, pois podia ser solicitada ao conselho uma parte de baldio para semear cereal, milho ou batata. Assim analisa Lima Santos.

Nalguns casos, estas zonas de baldio já eram periodicamente divididas em leiras, a fim de colher uma quantidade de cereal complementar à produzida nos terrenos privados. A divisão em leiras era de competência da autoridade aldeã e, depois de ceifadas, as leiras voltavam ao usufruto comum. Depois da repartição dessas áreas de baldio para a cultura

da batata, as leiras passaram a ser privadamente apropriadas e rapidamente se concentraram por transacção. As áreas divididas no baldio eram geralmente longe de povoação e os cabaneiros, desprovidos de gado de tracção para efectuarem os transportes e as lavouras, vendiam quase imediatamente as leiras que lhes haviam cabido por sorte aos lavradores mais abastados, os principais interessados na expansão da área de cultivo. (LIMA SANTOS, 1992, p. 128).

¹⁸ Ver Estevão Nunes (1983) assim como o marco inspirador traçado por Borges (2014) e Marx (1994) acerca da necessidade de colocar limites sejam de grande ajuda.

A questão é que em função das “necessidades”, os baldios sofreram recortes e mudanças de usos. No período do Salazarismo (1933 até 1974), houve programas governamentais específicos para o reflorestamento dos baldios, tratados obviamente como terrenos incultos¹⁸. Tourém não se viu afetada por esse projeto e seus baldios não foram reflorestados, mas foram usados pelo conjunto da população em diferentes momentos, de forma particular. Por exemplo, no tempo da batata de semente em que se semeava no alto da Mourela, a quase 1400 metros de altitude e essa altitude e sua planície diferenciavam esse contexto de outros.

¹⁹ Enxada.

Os baldios também foram usados para produzirem centeio de forma particular. Essa prática nomeava o pedaço do baldio selecionado como cavada. Seu nome procede da ação de cavar a mão com o *sacho*¹⁹ a superfície destinada ao plantio. Vários vizinhos se juntavam, selecionavam uma parte do baldio que lhes permitisse semear centeio, construíam uma *cerca de paus* para que não entrassem animais e depois de roçado e queimado o mato, procediam a cavar com as enxadas a parcela. Essas “concessões” eram por um ou dois anos e em nenhum caso passavam a conformar terra da casa, pois, era baldio²⁰.

²⁰ Não encontramos relatos na aldeia que confirmem a particularização dessas *cavadas*, mas há certos lotes murados no médio do baldio que podem nos induzir a pensar que nalgum momento existiu essa prática.

²¹ Estábulo onde além dos animais se guardam também as máquinas, o armazém seria a sede da exploração.

Um processo semelhante ocorreu na década de 1990 com a chegada dos subsídios e créditos entregues pela PAC. Uma das ajudas via crédito era destinada à construção dos *armazéns*²¹, mas a legislação não permitia construir as instalações perto das casas. A maioria das pessoas que, na atualidade, tem um armazém

na aldeia, teve que fazer uma solicitação de terra à junta de baldios para que lhes cedesse temporariamente um lote do baldio. O preço que se lhes exigiu foi de 2000 escudos por metro quadrado e hoje eles têm as terras com uma concessão permanente.

Com essa breve apresentação da batata e dos armazéns, vemos como por meio de, nesse caso, cultivos ou da política agrícola, podemos aceder a modificações no que diz respeito à natureza dessas terras e ao uso que delas se faz. Assim mesmo é com a chegada da política agrícola, quando de novo terras que antes foram usadas para semear batata voltam a ser baldios²² e pastados pelo gado no verão. Os baldios passaram a albergar armazéns, ou seja, praticamente privatizados, da mesma forma como antigamente se fazia uso dessas terras em função das necessidades.

Assim mesmo, o imaginário social da aldeia mudou radicalmente, pois segundo as pessoas nos relataram, chegaram a morar, na década de 1950, 700 pessoas na aldeia, contabilizando mil cabeças de gado e tudo era feito sem ajuda de máquina. Naqueles tempos, as casas mais abastadas tinham no máximo 18 vacas. Na atualidade, com as ajudas da União Europeia, há 23 explorações de gado, há casas que têm 60 vacas e todas as explorações têm um investimento grande em maquinaria. Os tratores, os reboques, as enfardadeiras e as segadoras são investimentos econômicos importantes que ajudaram a reduzir a mão de obra, as atividades físicas, enfim o trabalho do agricultor.

A terra sempre foi um bem escasso e um objeto de disputa, mas na atualidade a disponibilidade de terras é grande. A dinâmica demográfica das aldeias galegas vizinhas é diferente. Há falta de agricultores nessas terras, o que permite que a bolsa de terras disponíveis que os agricultores de Tourém têm na atualidade seja a maior lembrada pelos mais velhos das aldeias. A maioria dos lameiros das aldeias vizinhas de Requiás, Guntumil e Randín é *levada* por agricultores de Tourém.

E o que acontece com as terras de Tourém, são todas trabalhadas? Há terras na aldeia de Tourém que, estando ao lado das casas, parâmetro que era muito importante até a

²²No ano 2013, aconteceu a eleição para prefeito e presidente de junta de freguesia. O candidato vencedor tinha como uma de suas propostas reativar a cooperativa de batata de semente e, pelo que pude acompanhar pelos meios eletrônicos, há aldeias em que esse cultivo foi semeado. De Tourém, não tenho dados, mas vale a ressalva como modo de agumentação dos usos e desusos.

aparição dos tratores na década de 1970, ficam sem cultivar. As justificativas que os agricultores dão para não trabalharem essas terras é a dificuldade ou impossibilidade de acesso à terra com a maquinaria agrícola. Assim, outros usos e desusos das terras de Tourém se viram influenciados pelas condições de acessibilidade e disponibilidade de terras.

Da mesma forma como comentamos anteriormente que com a chegada da PAC a batata de semente perdeu peso na economia local, as batatas de semente da Dinamarca ganharam o mercado, devido à abertura dos mercados nacionais, e as terras do Barroso deixaram de ser cultivadas para batata. Como hoje o mercado de carne é a principal atividade econômica, a maioria das terras é dedicada à produção de feno. O centeio e o trigo que se semeiam não são mais para fazer pão, e o milho se dedica quase exclusivamente para silagem e como complemento alimentar do gado. Acreditamos que por meio de uma arqueologia (nas palavras de Clastres) dos cultivos, possamos aceder também aos diferentes momentos e condicionantes sociais, políticos, econômicos e ambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção deste artigo foi trazer para a discussão a multiplicidade semântica do termo terra. Partindo da noção de territorialidade e do processo de construção dos espaços de vida das pessoas, entendemos que a categoria local terra é suficientemente ampla, descritiva e contextual para nuançar os diferentes processos sociais pelos quais passaram os moradores da aldeia de Tourém. Também pensamos que o conceito de vicinalidade conjuntamente com a de coabitação nos ajudaram a ampliar as margens da territorialidade com a noção de coabitação num sentido *latto*.

A primeira intenção foi colocar como as terras onde os moradores da aldeia estão ou estiveram ressoam pelos becos da

aldeia. Prestamos especial atenção aos processos, a magnitude temporal desses percursos, como homens jovens saíram da aldeia sendo moços para trabalhar na construção civil espanhola, mas voltam para a aldeia após a crise de metade dos anos 2000; como assumem compromissos com a casa e como essa estrutura social se reconfigura com as diferentes formulações de pessoas, terras e animais. Entendemos que não existe nesse caso uma diferenciação entre o que Zé Raimundo era na Espanha, foi na aldeia ou está sendo na França. Percebemos que exista uma continuidade ontológica: nasceu na terra, aprendeu a criar gado, foi trabalhar na Espanha, volta e continua trabalhando com as vacas até que emigra de novo para a França. Esse caminhar nos coloca num processo constitutivo da vida em que a territorialidade e a vicinalidade podem ser pensadas como fluxos contínuos, como dinâmica. Acaso deixou de ser filho de agricultor para virar trabalhador assalariado? Deixou de ser filho da terra? Em que momento se dá essa ruptura, caso ela exista? Partimos de um trabalho de campo feito na aldeia, desde a aldeia e com as pessoas que se encontravam na aldeia. Sem querer entrar numa discussão acerca dos estudos de comunidade e de sua pertinência, gostamos mais da postura de Vincent, e também optamos pelo método de estudo de comunidade mais do que por um estudo de comunidade (VINCENT, 1987).

É por isso que trabalhamos desde a aldeia, que planejamos a aldeia como um vértice, como o local de projeção, um território geográfico, socialmente definido e localizado e que dele se parte em direção às formulações da vicinalidade e das lógicas imperantes por trás dele. A aldeia também opera como um articulador da multiterritorialidade da que nos fala Haesbaert (2004). Tentamos apresentar como os destinos dos migrantes e suas trajetórias de vida são elementos da miríade de terras que conformam a territorialidade historicamente (con)formada da aldeia de Tourém e, pelas pessoas da aldeia, da vicinalidade. Os diferentes destinos geográficos das pessoas da aldeia marcaram tempos, lembranças e territórios que ficaram arquivados no

acervo socio-histórico-territorial da aldeia.

Tentamos mostrar também como pode ser entendida a terra desde um outro olhar, sem ser um vértice de uma cartografia social mais ampla, a terra pela terra, onde o agricultor põe as suas mãos, as suas forças e seus esforços. Todas as categorias e classificações aqui esboçadas mostram um amplo espectro de dimensões que vão desde os cultivos até o mundo dos direitos. As classificações entendidas como operações do conhecimento são elementos preciosos para entender a relação que aquelas pessoas têm com a terra, com a sua terra, com as suas terras e com o seu ambiente. As disputas por água corroboram a importância social desse elemento. A disputa em si é um exercício profundo de valorização do recurso, mas também de valorização social.

Mas, por outro lado a terra não deixa de ter uma aceção mais material; poderíamos falar de local e interna. A terra como lugar de produção. A terra com todas as suas significações, nomes, usos e desusos, mostra uma aldeia dinâmica, ativa e presente nos tempos atuais. Os usos e desusos dessas terras mudam com os tempos e com eles os nomes, as legislações e as problemáticas acerca da terra.

A terra é um elemento onipresente nas narrativas e no qual seguiremos trabalhando e aprofundando com a vontade de ser um elemento reflexivo importante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Daniela. *Uma horta em Tourém*. Projeto de investigação para intervenção museológica “As culturas do trabalho no Barroso”. Montalegre: CETRAD, UTAD, Ecomuseu do Barroso, Câmara Municipal de Montalegre, 2012.

BORDALO LEMA, Paula. *Tourém, uma aldeia raiana do Barroso*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 1978.

- BORGES, Antonádia. Terra. In: SANSONE, L; FURTADO, C. A. *Dicionário Crítico das Ciências Sociais dos Países de Fala Oficial Portuguesa*. Salvador: EDUFBA, 2014, p. 431-442.
- BOURDIEU, Pierre. *El baile de los solteros. La crisis de la sociedad campesina en el Bearne*. Barcelona: Anagrama, 2004.
- CHAYANOV, Aleksandr. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1985.
- HAESBAERT, Rogério. “Desterritorialização, Multiterritorialidade e Regionalização”. In: LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy (orgs.). *Brasil Século XXI Por uma Nova Regionalização? Agentes, Processos e Escalas*. São Paulo: Max Limonad, 2004, p. 173-193.
- LISÓN TOLOSANA, Carmelo. *Antropologia Cultural de Galicia*. Madrid: Siglo Veintiuno de España, 1971.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- LIMA SANTOS, José Manuel. *Mercado economias e ecossistemas no alto barroso. Um estudo de sistemas de aproveitamento de recursos naturais*. Montalegre: Edição da Câmara Municipal de Montalegre, 1992.
- LOURENÇO FONTES, António. *Etnografia Transmontana. Vol I Crenças e Tradições do Barroso*. Montalegre. 1974 120
- _____. *Etnografia Transmontana. Vol II. O comunitarismo de Barroso*. Montalegre. 1977.
- MARX, Karl. “A chamada acumulação primitiva”. In: _____. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994, v. 2, p. 827-877.
- NUNES ESTÊVÃO, João. A florestação dos baldios. *Análise Social*, Lisboa, v. XIX, n. 77-78-79, p. 1157-1260, 1983.
- PIETRAFESA DE GODOI, Emília. “O Sistema do Lugar: história, território e memória no Sertão”. In: NIEMEYER, A. M; PIETRAFESA DE GODOI, E. *Além dos territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos*. Campinas: Mercado das Letras, 1998, p. 97-131.

_____. *O Trabalho da Memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas: Unicamp, 1999.

_____. “Territorialidade”. In: SANSONE, L; FURTADO, C. A. *Dicionário Crítico das Ciências Sociais dos Países de Fala Oficial Portuguesa*. Salvador: EDUFBA, 2014a, p. 443-452.

_____. *Mobilidades encantamentos e pertença: o mundo ainda está rogando porque o mundo ainda não acabou*. Revista de Antropologia, São Paulo, v. 57, n. 2, p.143-170, 2014b.

PINA CABRAL, João de. *Agnatas, vizinhos e amigos: variantes da vicinalidade em África, América e Europa*. Revista de Antropologia, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 23-46, 2014.

_____. *Sons of Adam, Daughters of Eve. The peasant Worldview of the Alto Minho*. Oxford: Clarendon Press, 1986.

PINA-CABRAL, João de; PEDROSO LIMA, Antónia. *Como fazer uma história de família: um exercício de contextualização social*. Etnográfica, Lisboa, IX (2), p. 355-388, 2005.

RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993 [1980].

VINCENT, J. “A sociedade agrária como fluxo organizado: processos de desenvolvimento passados e presentes”. In: FELDMAN-BIANCO, B. (org) *A Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987, p. 375-402.

WOORTMANN, Ellen. *Herdeiros, Parentes e Compadres. Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste*. Brasília: Universidade de Brasília, 1994.